

O INDÍGENA E O URBANO: A ANÁLISE PSICOSSOCIAL DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE INDÍGENA NAS CIDADES¹

Rafaella Carvalho de Souza²

Conrado Pável de Oliveira³

RESUMO:

A fim de ampliar o diálogo interdisciplinar e promover uma abordagem mais inclusiva na Psicologia, o presente trabalho discute a expressiva urbanização das sociedades latino-americanas nas últimas décadas, elucidando os impactos dessas mudanças na vida e construção identitária dos povos indígenas. A pesquisa é orientada pela metodologia de revisão de literatura de natureza qualitativa e cunho exploratório. Seu objetivo é organizar e sistematizar conteúdos acadêmicos e literários que resgatem a questão dos povos indígenas a fim de enriquecer e articular a discussão a respeito da construção de identidade e seus atravessamentos psicossociais quando em contextos urbanos. A análise psicossocial será feita partindo do referencial de Antônio da Costa Ciampa que propõe uma identidade dinâmica, enraizada em suas interações sociais e no contexto histórico-cultural. Ao refletir sobre a atuação da Psicologia junto aos povos indígenas, são destacadas questões cruciais, como a necessidade de resgatar e fortalecer aspectos culturais tradicionais, além do papel do Estado na promoção de políticas reparadoras que reconheçam e respeitem os modos de vida e relacionamento dessas comunidades.

Palavras-chave: Povos indígenas. Contextos urbanos. Psicologia Social. Identidade.

LO INDÍGENA Y LO URBANO: ANÁLISIS PSICOSOCIAL DE LA CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD INDÍGENA EN LAS CIUDADES.

RESUMEN:

Para fomentar el diálogo interdisciplinario y promover un enfoque más inclusivo en la Psicología, este trabajo examina la notable urbanización de las sociedades latinoamericanas en las últimas décadas, analizando los impactos de estos cambios en la vida y la construcción de la identidad de los pueblos indígenas. La investigación sigue una metodología de revisión de la literatura de naturaleza cualitativa y

1 Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa em Psicologia e Relações Sociais, Comunitárias e Políticas.

Recebido em 24/05/2024 e aprovado, após reformulações, em 24/06/2024 (data apresentação).

2 Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: rafacarvaiojf150@gmail.com

3 Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: conradopavel@uniacademia.edu.br

exploratoria. Su objetivo es organizar y sistematizar contenidos académicos y literarios que rescaten la historia de los pueblos indígenas con el fin de enriquecer y articular la discusión sobre la construcción de la identidad y sus implicaciones psicosociales em contextos urbanos. El análisis psicosocial se baseará en el marco teórico de Antonio de Costa Ciampa, que propone una identidad dinámica arraigada en sus interacciones sociales y en el contexto histórico-cultural. Al reflexionar sobre la actuación de la Psicología junto a los pueblos indígenas, se destacan cuestiones cruciales, como la necesidad de recatar y fortalecer aspectos culturales tradicionales, así como el papel del Estado en la promoción de políticas reparatorias que reconozcan y respeten los modos de vida y las relaciones de estas comunidades.

Palabras clave: Pueblos indígenas. Contextos urbanos. Psicología Social. Identidad.

1 INTRODUÇÃO

A história do Brasil é intrinsecamente atravessada pela presença ancestral de diversos grupos indígenas, cujas tradições, inicialmente alicerçadas em suas relações com a natureza, foram profundamente afetadas pelos processos de colonização e, posteriormente, de urbanização. Esse contexto histórico culminou em uma constante luta pela preservação da identidade cultural indígena, marcada por um contínuo processo de *desindianização*⁴, termo utilizado pelo antropólogo Darcy Ribeiro (2015) para expressar os desafios crescentes na transfiguração do indígena em relação com a sociedade brasileira, no processo violento e contraditório de se constituir em um *povo novo*. Mesmo com o aumento significativo da população indígena evidenciado pelos dados mais recentes do IBGE (2023), a temática permanece insuficiente na produção científica, especialmente na Psicologia brasileira, embora venha ganhando mais notoriedade especialmente nas últimas décadas (Calegare; Fernandes, 2020; Domingues; Ferraz, 2016). O presente trabalho busca, portanto, preencher minimamente esta lacuna, destacando a presença indígena no contexto urbano e denunciando a precariedade dos direitos assegurados a essa população, visando contribuir para uma compreensão mais abrangente e específica das questões enfrentadas pelos indígenas no Brasil contemporâneo.

⁴ Darcy Ribeiro (2015) utiliza a noção de *povo novo* para se referir aos processos violentos de mestiçagem que resultaram na formação de uma nova *etnia nacional* por meio da *desindianização* do indígena, de *desafricanização* do negro e de *deseuropeização* do português.

A análise do mapeamento de trabalhos (Calegare; Fernandes, 2020) e do Estado da Arte (Domingues; Ferraz, 2016) revela uma necessidade urgente de avanços teóricos específicos da Psicologia, indicando uma oportunidade para ampliar o diálogo interdisciplinar e promover uma abordagem mais inclusiva. Questionamentos como ‘quais desafios atravessam a construção da identidade de indígenas que vivem nos centros urbanos?’ ou ‘de que maneira as políticas públicas ou a falta delas impactam a vida de indivíduos indígenas?’ orientam este trabalho como sendo um meio de contribuir para o reconhecimento e respeito à diversidade cultural, além de apontar para a necessidade de políticas públicas e práticas psicológicas mais eficazes e culturalmente adaptadas.

A atual conjuntura política relacionada à questão indígena no Brasil exige uma postura crítica que oriente intervenções profissionais e científicas capazes de potencializar, em diferentes áreas de atuação, os movimentos próprios das populações indígenas. Tais práticas devem ser voltadas para enfrentar o quadro de subalternidade histórica dessas populações, principalmente na América Latina e suas pluralidades étnico-raciais. Dessa forma, torna-se importante considerar as elaborações de práticas que desvendem e desarticulem a matriz colonial-mercantilista-capitalista que está na raiz das desigualdades sociais (Gonçalves, 2015).

Compreender a relevância deste trabalho e da atuação da Psicologia junto aos povos indígenas, é assumir um compromisso social para promoção de seus modos de vida e cultura. Essa abordagem deve desafiar a ideologia neocolonizadora que muitas vezes serve aos interesses de um sistema político-econômico perverso. Além disso, a colaboração do psicólogo nesse contexto deve refletir o caráter transdisciplinar da profissão, buscando contribuir para uma transformação social efetiva. Ao direcionar esforços para atender às necessidades de atenção e promoção de cuidado, a Psicologia deve adotar o princípio da integralidade. Isso implica desenvolver um entendimento crítico da realidade social, ao mesmo tempo em que fortalece a subjetividade dos sujeitos por meio da ressignificação de suas experiências. Em relação ao trabalho ético com grupos indígenas, torna-se essencial que o psicólogo questione concepções preestabelecidas, reconhecendo que cada cultura estabelece padrões distintos para categorias como certo/errado, normal/anormal ou saudável/patológico (CFP, 2022). O respeito deve ser a base

dessa prática, valorizando as individualidades e subjetividades como um meio de reafirmar as culturas que há muito tempo são cruelmente apagadas.

Para abordar a urbanização das sociedades latino-americanas nas últimas décadas, bem como os impactos dessa mudança na vida e construção identitária de indígenas, o presente artigo se baseia nos pressupostos de Antonio Ciampa para compreender o conceito de identidade orientado pela Psicologia Social. Além disso, o atual cenário político e humanitário se expressa enquanto forte referência para as reflexões aqui apresentadas.

2 IDENTIDADE, CULTURA E RESISTÊNCIA

Para falar de identidades indígenas, antes é preciso compreender e refletir alguns tópicos que circundam esse existir e estabelecem referenciais a respeito da concepção de identidade que será seguida. Primeiramente, para contextualizar este artigo, as discussões terão como base o conceito e as reflexões de Antonio Ciampa (1984, 1987) a respeito de identidade e seus processos de construção. Trabalhar o conceito de identidade é uma tarefa aparentemente objetiva quando pensada como uma coisa estática, porém o autor destrincha esse conceito elucidando nuances muito complexas, onde aparecem inúmeras contradições presentes nas discussões acadêmicas, reflexo do dinâmico cotidiano social e político. Contradições essas que nos concedem atribuições a começar pelo nosso nome que autentica o sentimento de ser quem somos, nossa identificação. Na cultura guarani, por exemplo, como explica Jecupé (2020), nosso nome é escudo, nosso patuá. É a nomeação do espírito, assinatura da alma.

Mas é justamente neste ponto que devemos ter cuidado para não cair numa armadilha reducionista, aponta Ciampa (1987). Com base na obra clássica do autor **A Estória do Severino e a História da Severina**, ninguém simplesmente é. As contradições se apresentam em forma de semelhanças que unem e assimilam, e diferenças que confundem e afastam as identificações. Definir uma identidade não é simplesmente dizer o nome da pessoa e o mesmo se aplica a atividades laborais, hobbies, alimentação ou qualquer outro aspecto. Isso porque a história da vida é escrita com muitos detalhes. O autor que a escreve sempre se implica no enredo, aparecendo também como uma personagem que está em interação constante

consigo, com outras personagens e com o mundo, logo, a minha identidade reflete na do outro e a dele na minha. O indivíduo é o que ele faz e esse fazer sempre é no mundo, se relacionando com outros.

Podemos até definir a identidade como a descrição de uma personagem, mas para isso precisamos levar em conta que essa personagem também é seu próprio autor e por estar em interação constante com o mundo em sua volta, essa identidade se mostrará multifacetada, com uma infinidade de possibilidades, como salienta Ciampa:

Podemos imaginar as mais diversas combinações para configurar uma identidade como uma totalidade. Uma totalidade contraditória múltipla e mutável, no entanto una. Por mais contraditório, por mais mutável que seja, sei que sou eu que sou assim, ou seja, sou uma unidade de contrário, sou uno na multiplicidade e na mudança (1984, p. 61).

Ainda fazendo alusão às reflexões baseadas nas transformações da identidade dos personagens na obra de Ciampa (1987), todos somos e já fomos Severina, seja *Severina-bicho-do-mato* ou *Severina-bicho-acuado-quase-mortalmente-ferido*, o que mostra que todos e cada um são sujeitos às transformações e que nossas personagens podem ser consideradas momentos da identidade. A dialética dessas personagens faz com que elas se conservem ou se anulem, coexistam ou não, mas mostra que são sempre múltiplas e estruturam a identidade. Quem ele é, seu nome ou sua origem são apenas dados. Dados que são interiorizados pelo sujeito desde que ele nasce. E embora sejam feitas idealizações desde que ele era apenas um feto, ou mesmo antes disso, a maneira de incorporar essas representações na objetividade social é única de cada um.

É impossível discutir a questão indígena sem tocar em pontos essenciais como território, natureza ou teias sociais. No contexto da violenta colonização do que hoje chamamos de América, os povos indígenas tiveram sua relação de harmonia com a natureza saqueada, *desendianizados* em sua essencial e múltipla relação com o território quando começaram a ser escravizados, animalizados e primitivizados pelos brancos (Longhini, 2022). Passaram então a carregar um título imposto: “índio”⁵, o

⁵ Importante reafirmar a importância do uso do termo “povos originários” ou “indígenas” em detrimento de “índios”, expressão criada pelos colonizadores da península ibérica. Importante destacar como o termo índios está gradativamente perdendo espaço, como por exemplo na mudança recente do nome Fundação Nacional do Índio para Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Impossível não lembrar aqui do poema “Erro

qual sua origem e atribuição fazem parte do enredo da história contada de “quando Cristóvão Colombo saiu da Espanha com destino à Índia e chegou à América, enganou-se chamando os filhos desta terra de índios” (Jecupé, 2020, p. 21).

Tal violência se desdobrou até a contemporaneidade e se reproduz nas diversas expressões de racismo contra os indígenas. A respeito do conceito de “raça”, conceito que não tem nenhuma validação científica, sua única e exclusiva forma de entendimento e expressão é através de seu caráter ideológico, que carrega implícito as relações de poder e dominação, categorizando indígenas como inferiores, atrasados, selvagens, entre tantos outros atributos preconceituosos. Isso sem mencionar a invalidação enfrentada por indígenas inseridos em meios urbanos, onde são desmoralizados, zombados e até chamamos de falsos indígenas pelo fato de utilizarem tecnologias e ocuparem espaços que ultrapassam as fronteiras da floresta (Munanga, 2003).

Partindo dessa violenta tentativa de apagamento das identidades, são abertas inúmeras reflexões uma vez que, para os brancos, o simples fato de ser indígena já reduz o sujeito à inúmeros panoramas irrealis, o que acaba impedindo a sobrevivência e ascensão da cultura, podendo configurar crimes de racismo como exposto no Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2023). O relatório é um importante meio de categorização das violências enfrentadas pelos indígenas por todo o território brasileiro, e quando analisado junto à questão do indígena no urbano, as categorias de *violência contra a pessoa* e *violência por omissão do poder público* ganham especial destaque, abarcando violações físicas e discriminações, bem como a alarmante desassistência governamental em todos os âmbitos da vida: infância, saúde, moradia, educação e trabalho (CIMI, 2023).

Para amarrar as contribuições de Ciampa nesta passagem, outro ponto relevante para o artigo são suas inovações para o conceito tradicional de identidade, que destacam o sujeito como representante de um momento histórico operador da metamorfose humana e está sempre na busca de se emancipar da opressão. A expressão do eu assume diversas formas, cada uma representando personagens que refletem nossa identidade em constante transformação. Ciampa (1984) enfatiza que

de português”, de Oswald de Andrade: “Quando o português chegou/ Debaixo de uma bruta chuva/ Vestiu o índio/ Que pena!/ Fosse uma manhã de sol/ O índio tinha despido/ O português”.

a identidade se desenvolve através de uma sequência de reconhecimentos, e a falta de referências pode levar à perda do sentido emancipatório da identidade.

Nesse sentido, justifica-se a importância do trabalho de resgate e fortalecimento de culturas indígenas no qual a Psicologia pode contribuir. A identidade, portanto, não deve ser dissociada da realidade e do contexto histórico-cultural de cada pessoa. Desde a invasão, os povos indígenas têm sido compelidos a se modificarem na busca pela reprodução de suas culturas, valores e crenças, evidenciando uma longa história de adaptação e metamorfose, mesmo que coagida.

Além disso, é crucial considerar também, de acordo com Ciampa (1984, 1987) a identidade coletiva. Os "outros", ou seja, os indivíduos significativos para o contexto compõem essa identidade coletiva, refletindo-se no todo que constitui a identidade do grupo. Este, por sua vez, é uma construção histórica e dialética entre os indivíduos e o espaço geográfico. As organizações e vivências diárias dos indivíduos, fundamentadas em valores e crenças compartilhados, são os alicerces dessa identidade coletiva, sendo essenciais para garantir o sentido de continuidade atrelado ao de emancipação. Assim, a identidade coletiva se reafirma constantemente através da memória e das realidades objetivas e subjetivas (Ciampa, 1987). A memória social indígena deve ser vista como um elemento crucial na formação da identidade dos personagens, influenciando suas percepções de si mesmos e de sua relação com o mundo ao seu redor evidenciando identidades indígenas como sendo essencialmente coletivas, simultaneamente singulares e compartilhadas (Longhini, 2022).

Em ambos os contextos, individual ou coletivo, a identidade é sempre referida a personagens categorizados, o que levanta a questão dos conflitos e resistências sociais. As lutas por reconhecimento e as experiências de não reconhecimento, muitas vezes manifestadas como racismo, tornam-se elementos cruciais na compreensão da dinâmica social. Essencialmente, a abordagem de Ciampa oferece uma perspectiva dinâmica e contextualizada da identidade, destacando sua natureza transitória e infinda, a interação com diversos personagens e a importância da emancipação para a construção e manutenção da identidade como metamorfose. Essa compreensão se mostra relevante ao analisar a realidade de indígenas, que, ao longo dos séculos, têm enfrentado transformações constantes em busca da preservação de suas existências, culturas e adaptação à modernidade imposta. Como Junior e Lara (2017) acrescentam, o movimento de criação de novas personagens

pode acabar interferindo na teia social uma vez que são exigidas novas formas de se relacionar no mundo. Pode-se considerar então que as transformações vão no sentido dos jogos de reconhecimentos ou não reconhecimentos, quase sempre direcionadas à emancipação.

Desde cedo é ensinado para as crianças que a história indígena foi sempre marcada por inúmeras violências e lutas por sobrevivência. Isso tudo não deixa de ser verdade, considerando a invasão europeia. Mas o que a ideologia neocolonizadora não quer que ninguém conheça é a riqueza da multiplicidade cultural indígena, seus diversas e potentes modos de vida e relação com a natureza, a beleza que há tantos anos é tamponada, abafada e apagada, mas que deixa suas marcas nas veias mais pulsantes da terra, com ensinamentos de sonho e de vida.

Para o povo indígena sua ancestralidade é a natureza, um tempo remoto que antecede a memória do próprio tempo. São como sementes espalhadas para crescerem e frutificarem. Sua essência, cultura e civilização são frutos íntimos da Mãe Terra. Sua infinita variedade de etnias, línguas e modos de vida são graças às suas muitas formas de se relacionar e existir nos reinos animal, mineral e vegetal (Jecupé, 2020).

A história do Brasil, antes mesmo de se tornar uma nação, é marcada pela presença de milhares de indivíduos e grupos indígenas com notável habilidade de manejo dos recursos da terra. A complexidade e riqueza das tradições dessas comunidades representam uma heterogeneidade nas relações e modos de vida, que expressam sua interação com a natureza e marcam o sentido de sua memória cultural. No entanto, esse panorama inicial foi profundamente massacrado pelos processos de colonização, perpetuando um contínuo processo de desindianização, como forma de reducionismo à identificação étnica que resultou na homogeneização das diferenças entre os diversos povos. Uma verdadeira estratégia da colonização que buscava apagar as nuances culturais como meio de controle (Ribeiro, 2015). Esse processo levou à ruptura de relações e transmissões de saberes, fragmentando as tradições que, por séculos, haviam se desenvolvido organicamente (Feldmann, 2022).

O destino da colonização também se manifestou no sistema da escravidão, que inicialmente atingiu os indígenas antes de ser superada, em termos quantitativos, pela escravização de negros no século XVII. Mas, segundo Ribeiro (2015), mesmo

assim a mão de obra indígena continuou sendo valorizada, especialmente em atividades como transporte por terra e água, cultivo de alimentos, caça e pesca. A incorporação do indígena à sociedade colonial ocorreu na maioria das vezes na forma de escravizado e prisioneiro de guerra, sendo obrigado a se inserir para servir e ser utilizado até a morte, enquanto sua cultura era deliberadamente dizimada. O autor destaca ainda a tensão entre indígenas e colonizadores, considerando-os etnias conflitantes que habitam o mesmo território. Os grupos indígenas, embora busquem preservar suas identidades étnicas, enfrentam um convívio social aculturativo, resultando em uma identificação como indígenas, mas com a perda progressiva de seus costumes tradicionais, como língua e modos de vida. “O fato é que só quem é indígena para saber destes sentimentos de tristeza e orgulho” como expressa João Batista Gonçalves (2015 apud Longhini, 2022).

Essa dicotomia ilustra os desafios enfrentados pelos indígenas ao buscarem equilibrar a preservação de suas identidades culturais com a necessidade de adaptação às transformações sociais impostas ao longo da história brasileira. Os que sobreviveram foram os que resistiram e se adaptaram às inovações trazidas e impostas pelos brancos. Resistiram e ecoaram suas palavras e pensamentos para além das florestas, sem deixar que eles desapareçam (Kopenawa, 2015).

3 POR UMA PSICOLOGIA PINTADA DE JENIPAPO E URUCUM⁶

Segundo os dados mais recentes do IBGE (2023), a população indígena somou aproximadamente 1,7 milhões de indivíduos, representando 0,8% da população brasileira, apresentando um aumento expressivo de 88,82% em relação ao censo de 2010. Apesar desse crescimento, a população indígena continua a ser invisibilizada, sendo um fenômeno abordado de forma mais sistemática pela Psicologia apenas nas últimas décadas. A análise do mapeamento de trabalhos e do estado da arte revela uma predominância de abordagens interdisciplinares, no entanto, destaca-se a ausência de um referencial teórico específico da Psicologia, indicando a necessidade de avanços nessa área, possivelmente decorrentes da recente aproximação da Psicologia com essa temática e das tradições individualistas

⁶ Referência ao livro de Narrativas de Indígenas Psicólogos(as) do Brasil organizado pela Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogos(as).

da disciplina em contraste com as tradições indígenas coletivistas (Cabral; Gomes, 2023). Inversamente proporcional ao número de indígenas autodeclarados por região, o número de produções científicas acerca de temáticas indígenas é significativamente maior na região Sudeste e menor nas regiões Norte e Nordeste (Calegare; Fernandes, 2020).

Esse cenário reflete possíveis influências e anuncia a emergência da discussão sobre os povos indígenas na Psicologia brasileira como um fenômeno recorrente desde os anos 2000, revelando a histórica depreciação e apagamento dessas comunidades pela ciência e denunciando o binarismo colonial que reduz a experiência de si e do mundo, violenta não só as pessoas, mas a natureza, as culturas, a diversidade (Longhini, 2022). Essa lacuna pode ser atribuída aos pressupostos ocidentais e pretensamente universais, dominantes na Psicologia, que historicamente desconsideravam estudos envolvendo grupos minoritários. Embora a Psicologia tenha se dedicado a temas relacionados aos povos indígenas, a dificuldade de acesso ou de tornar-se acessível a essas comunidades persiste, segundo Calegare e Fernandes (2020).

A Psicologia Social e a Psicologia Ambiental se destacam como as áreas mais engajadas nessa questão, explorando temas como atribuições de símbolos e representações, interações entre espaço e subjetividade, aspectos de saúde, identidade e educação (Calegare; Fernandes, 2020). Muito recentemente o Conselho Federal de Psicologia emitiu uma nota às Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) junto aos Povos Indígenas a fim de ampliar as discussões do manual lançado dois anos atrás. A nota exprime a necessidade da Psicologia de se comprometer mais profundamente com as coletividades indígenas considerando uma série de questões emergentes, chamando atenção para a importância da representatividade indígena no Sistema de Conselho bem como para a colaboração por parte da Psicologia na luta em defesa da preservação do corpo-território indígena (CFP, 2024). Na esfera da saúde, os temas mais explorados pela Psicologia abordam questões de saúde mental, especialmente problemas epidemiológicos relacionados ao uso abusivo de álcool e suicídio.

As referências técnicas que orientam a atuação do psicólogo junto a essa população destacam ainda o sofrimento gerado pela exposição do indivíduo a esses dois mundos distintos, sensação de estar no limbo desses dois mundos, o branco e

o indígena. O sofrimento psíquico pode ser oriundo desse despertencimento atrelado aos choques de geração, que carregam mudanças e transformações que são intensificadas a partir da aproximação das cidades (CFP, 2022). Por fim, cabe destacar a constituição da Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogas(os) (ABIPSI) no ano de 2020 e a presença, pela primeira vez, de uma psicóloga indígena, Nita Tuxá, como conselheira eleita da gestão 2022-2025 do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Ao colocar na cena o protagonismo das psicólogas, psicólogos e estudantes indígenas, ecoa a impactante provocação: é preciso pintar a Psicologia de jenipapo e urucum.

4 O INDÍGENA E O URBANO

Seguindo com a discussão acerca de identidades indígenas, o artigo passa agora a elucidar a presença indígena nos contextos urbanos, destacando suas maiores lutas e resistências, e analisando a promoção e garantia de seus direitos.

Para tanto, é preciso considerar a relação subjetividade e espaço, bem como o conceito de "urbano" nesta discussão que se refere não apenas à cidade como espaço físico, mas também às dinâmicas sociais, culturais e econômicas que a permeiam. Somando na contemporânea Psicologia Ambiental, a autora Ana Paula Soares da Silva (2017) destaca o fato de a cidade ter se tornado um centro difusor que extrapola seus limites geográficos e exerce influência significativa sobre os modos de vida materiais e simbólicos. Nesse contexto, a concentração do poder econômico e territorial nas áreas urbanas acaba por marginalizar as camadas mais vulneráveis da população, empurrando-as às periferias.

Quando a Psicologia direciona seu olhar para as dinâmicas psicossociais que ocorrem no espaço, torna-se essencial considerar os processos dialéticos constitutivos entre campo e cidade. Não se trata apenas de estudar os processos urbanos em si, mas de compreender as formas de ocupação dos espaços e sua relação intrínseca com a construção de subjetividades. Ancorada no pensamento geográfico de Milton Santos e na concepção histórica-cultural de subjetividade em Vigotski, Silva (2017) afirma que a produção do espaço é um processo complexo que reflete a atividade humana ao longo da história, moldando tanto o ambiente físico quanto as experiências subjetivas. A vida humana é vivida e recriada no espaço,

revelando a essência da produção do espaço como um movimento fundamental da relação humano-território. A autora acrescenta ainda que as margens, como expressões da produção contra-hegemônica, não se limitam à dimensão geográfica, mas também se manifestam como resistências aos modos dominantes de ocupação do espaço. Nesses locais, novas formas de produção do espaço e subjetividades emergem, desafiando as normas estabelecidas e propondo alternativas criativas. Portanto, compreender o urbano vai além de meramente estudar os processos urbanos em si, mas também envolve analisar as formas de ocupação dos espaços e como essas dinâmicas impactam na construção das identidades individuais e coletivas (Silva, 2017).

Entre a população indígena, 78,21% vivem em centros urbanos, de acordo com o IBGE (2023). Esse elevado índice revela a necessidade de ação no campo das políticas públicas destacando a presença fundamental de figuras indígenas representando as demandas e o compromisso dos povos. A promoção de políticas públicas deve ser capaz de abarcar os diversos contextos experimentados por indivíduos indígenas, seja em aldeamentos, ocupações ou cidades, coadunando com o pensamento indígena de que ninguém é dono da terra, somos parte dela.

Analisando o que está em jogo, os anos entre 2000-2010 foram marcados pela atenção do Ministério Público Federal (MPF) às reivindicações que exigiam melhor atenção à saúde indígena de indivíduos desaldeados. Perante ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, previsto no Sistema Único de Saúde (SUS), as recomendações do MPF são com relação à dificuldade de acesso à política enfrentada pelos indígenas que vivem nos centros urbanos, uma vez que são diferenciados ilegalmente daqueles que vivem aldeados. No que tange a educação, o mapeamento dos estudos destaca o crescente acesso de indígenas, principalmente mulheres, evidenciando a busca por mais representatividade nas escolas e universidades. Essa demanda também pode ser atrelada ao fato de que a educação é um dos principais motivadores para a migração indígena para as cidades, associado à precariedade da educação territorializada (Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2013). Nas produções que tratam da relação entre indígenas e o urbano, assim como o presente artigo, a atenção volta-se para a necessidade de quebra de preconceitos estabelecidos sobre os indígenas, apontando a necessidade de investigação como eles constroem suas identidades nesses contextos em comparação com os

ambientes naturais, além de analisar as interações entre grupos indígenas e não indígenas (Calegare; Fernandes, 2020). Muitas leis dispõem sobre muitas demandas, mas na prática muita coisa muda. A legislação não distingue o indígena que vive nas cidades do indígena que vive nas aldeias, e por mais inclusivo que essa afirmação possa soar, as consequências acabam funcionando como um mecanismo de exclusão, um obstáculo para que os direitos se tornem acessíveis a todos.

Fato interessante que se contrasta com tal reflexão é o direito indígena a autodeclaração, promulgado na Convenção 169 da OIT (2004) que dispõe também sobre o direito indígena de gozar de todos os direitos da cidadania brasileira incluindo medidas especiais para a preservação de identidades, culturas, instituições e da natureza. Olhando de fora a Convenção parece abarcar muito, implicando ao governo a responsabilidade de proteger os direitos desses povos por meio de ações coordenadas e sistemáticas, repudiando qualquer tipo de força que viole os direitos humanos e dando maior destaque à autonomia dos povos. Em síntese, o documento traça um panorama minimamente ideal que, se fosse seguido e tido como referencial para a formulação de políticas e diálogos entre o governo e os povos indígenas, o atual cenário já estaria diferente. Pensando na dificuldade da garantia de seus direitos é indispensável mencionar o descaso com a Lei 6001 que discorre sobre a demarcação de terras indígenas prevista desde 1973 no Estatuto do Índio e não efetivada até os dias de hoje (Brasil, 1973). Somado a essa subversão também é possível citar o Art. 63 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Brasil, 1988) que compele à União a conclusão da demarcação de terras dentro de cinco anos a partir da promulgação da Constituição. Como é de conhecimento público, a efetivação de tais medidas ainda não se tornou realidade. Por outro lado, é preciso considerar atuais avanços como a implementação do Ministério dos Povos Indígenas, presidido pela indígena Sônia Guajajara, que abrange as atribuições institucionais da histórica Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

Ainda se tratando especificamente da questão do indígena nas cidades, parte-se da conjuntura de que a urbanização nas sociedades latino-americanas nas últimas duas décadas impactou significativamente a maioria desses povos. Muitos indígenas vivem agora em contextos urbanos, desafiando as concepções “tradicionais” e ultrapassadas sobre a identidade indígena. No entanto, ao migrarem para a cidade, os indígenas frequentemente enfrentam invisibilidade social e discriminação, sendo

estigmatizados como atrasados e incompatíveis. A urbanização não é um fenômeno recente, mas a visão de que os indígenas deixam de ser indígenas ao viverem na cidade é baseada em perspectivas colonialistas e acaba negando seus direitos fundamentais. A migração indígena varia de forçada a voluntária, abrangendo desde fugas de invasões a busca por melhores condições de vida, entretanto todas atravessadas por diversos tipos de violência (Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2013). Frente a isso, as políticas públicas não acompanham adequadamente as demandas dessa população quando em contextos urbanos, seja se tratando de moradia, saúde, trabalho ou educação, o que acaba por perpetuar a desigualdade e marginalização. O direito à moradia e qualidade de vida deve considerar a expressão da identidade multicultural indígena (Feldmann, 2022). Por exemplo, ao se pensar em direito à terra e moradia o que vem em mente muito provavelmente são os grupos territorializados em aldeias, enquanto para os indígenas das cidades os delineamentos sobre seus direitos ainda não são nítidos ou estão sendo discutidos só muito atualmente.

É importante considerar também a ausência significativa de programas específicos para o indígena urbano, exceto naqueles casos em que as grandes metrópoles se expandem excessivamente alcançando territórios indígenas, tornando-os integrantes da cidade ou as chamadas aldeias urbanas (Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2013). Como já citado anteriormente, desde a chegada dos portugueses os indígenas são forçados a reinterpretar e reorganizar suas culturas. Sendo assim, na tentativa de evitar violações de direitos e reparar minimamente a desigualdade secular, as políticas públicas devem ser pensadas para contextos diversos, sejam as terras de origem ou as cidades. No entanto, apesar da presença significativa da população indígena em contextos urbanos, as políticas públicas muitas vezes não contemplam suas necessidades específicas, resultando em exclusão e dificuldades no acesso a serviços públicos.

Um âmbito ainda não mencionado a respeito da presença indígena nas cidades são as estratégias para geração de renda. Num cenário onde apenas 16% trabalham com carteira assinada e 40% se enquadram nos padrões de trabalhador autônomo, a realidade aponta a comercialização de artesanato e a participação em feiras livres como uma de suas principais fontes de renda (Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2012). Encarando essas informações se faz relevante voltar às reflexões de Silva

(2017) onde a mesma discorre a respeito da desvalorização do trabalho manual frente à expansão estrutural e funcional das cidades por meio do enaltecimento do trabalho intelectual. Fica evidente a importância de repensar e adaptar essas políticas para garantir a inclusão e o respeito à diversidade cultural indígena, principalmente no que atravessa sua existência no urbano levando em conta a desvalorização de suas produções e modos de vida.

E apesar dos avanços percebidos até então a partir da criação do Ministério dos Povos Indígenas (2023) e seu sucesso em colocar a questão indígena como pauta nacional, os indivíduos e principais representações indígenas ainda se deparam com rupturas intencionais que violam suas vidas e culturas. Tal afirmação pode ser exemplificada pela Declaração Urgente dos Povos Indígenas do Brasil denominada *Terra, Tempo e Luta*⁷, emitida no último Acampamento Terra Livre (ATL) neste ano de 2024 que repudia sobretudo a suspensão por parte do Supremo Tribunal Federal (STF) do andamento processual das ações judiciais a respeito da constitucionalidade do Marco Temporal. Junto a isso, a declaração também destinou suas críticas ao posicionamento do governo federal de “retornar políticas públicas sem garantir o essencial, a demarcação, proteção e sustentabilidade dos territórios indígenas” (Brasil de Fato, 2024).

Por mais que a pauta indígena esteja sendo mais discutida recentemente, a jornada que se tem pela frente ainda é árdua principalmente no que tange a presença de indivíduos indígenas nas cidades. Sem invalidar qualquer realidade, é preciso dar certo tipo de destaque às inúmeras violências que atravessam o existir de um indígena inserido em um meio urbano, isso sem contar suas dificuldades pessoais que podem abranger problemas financeiros ou emocionais. O tempo indígena é específico dele, suas pessoas e rotinas viram outras quando saem de seu território. O fato de terem ido procurar oportunidades (ou qualquer motivação pessoal) nas cidades não faz dele menos indígena. O faz, na verdade, uma ferramenta de luta do movimento indígena, visto que os espaços precisam ser ocupados para que os direitos sejam protegidos e promovidos (Reinholz, 2024).

Mesmo com um atraso de séculos é importante que a pauta indígena esteja ganhando maior notoriedade, bem como algumas lideranças contemporâneas. Desde

⁷ Para ver na íntegra a declaração: <https://www.brasildefato.com.br/2024/04/26/sempre-estivemos-aqui-povos-indigenas-divulgam-declaracao-final-do-acampamento-terra-livre-2024>

a promulgação da Constituição de 1988, que reconheceu aos povos indígenas o direito à representação jurídica e reforçou a urgência da demarcação das terras (Brasil, 1988), é notável a emergência de inúmeras organizações indígenas assim como o aumento na mobilização política. Este movimento histórico tem levado muitos líderes indígenas a migrarem para centros urbanos, engajando-se ativamente no movimento, enquanto jovens indígenas buscam educação e preparação para enfrentar os desafios de viver e resistir na contemporaneidade. A lista de nomes é muito extensa, mas para a confecção deste trabalho alguns foram mais presentes, sendo relevante mencioná-los. Geni Nuñez Longhini, Ailton Krenak, Viviane Belini, Davi Kopenawa e Kaká Werá Jecupé são importantes figuras indígenas que são capazes de tocar fundo naqueles que olham para o mundo com um olhar de medo e sede de mudança. A causa indígena não é só indígena, é pela vida e diversidade. É pelos conhecedores da sabedoria ancestral que aqui habitam e resistem, desde antes do mundo ser mundo.

7 CONCLUSÃO

Diante deste emaranhado de reflexões, não podemos cair em armadilhas simplistas. A construção da identidade é um processo denso, repleto de nuances e contradições. Definir alguém vai além de meras categorias; é uma narrativa tecida com particularidades, onde cada detalhe molda uma personagem, enquanto ela também se implica na escrita de sua própria história. Sendo assim, autores e personagens coexistem em interação constante, em um enredo que se desdobra no mundo e se entrelaça com os outros.

Para os povos indígenas, essa jornada de construção identitária é marcada por uma história de adaptação forçada e resistência. Desde os tempos da invasão, eles têm sido compelidos a se reinventarem, lutando para preservar suas culturas e modos de vida em meio às pressões da modernidade. É crucial reconhecer que nenhuma identidade se limita apenas ao indivíduo, e pensando na pessoa indígena essa identidade se estende ainda mais ao coletivo, enraizando-se nas vivências compartilhadas, nas relações com o espaço geográfico e nas memórias sociais.

A Psicologia, especialmente através de suas áreas Social e Ambiental, desempenha um papel fundamental na compreensão e assistência às comunidades

indígenas, explorando temas como representações sociais, saúde mental e as interações entre espaço e subjetividade. No entanto, ainda se faz necessário um maior conhecimento e comprometimento por parte dos profissionais, especialmente diante das lacunas existentes nas políticas públicas destinadas aos indígenas urbanos e da tentativa de apagamento de suas culturas e especificidades.

Para além disso, também se faz necessário avaliar a promoção de programas e políticas de incentivo e acesso à educação básica e superior para pessoas indígenas. Muito mais eficiente do que trazer a pauta indígena à tona, é subsidiar oportunidades para que a história passe a ser escrita pelos seus próprios donos, erradicando o ciclo de somente brancos falarem do seu ponto de vista possibilitando, assim, novos diálogos.

Nessa reflexão sobre o papel da Psicologia junto aos povos indígenas destaca-se a importância de resgatar e fortalecer os aspectos culturais tradicionais como forma de preservar a identidade e promover o bem-estar psicossocial desses grupos. Além disso, o trabalho se preocupou em apontar para a necessidade de políticas públicas que reconheçam e respeitem os modos de vida e relacionamento dos povos indígenas, bem como o papel do Estado na promoção de ações reparadoras e inclusivas.

Diante dos desafios enfrentados pelas comunidades indígenas principalmente em contextos urbanos, o presente estudo não dá conta - e não tem a intenção de dar - de toda a complexidade envolvida nessa realidade. Conclui-se que a construção da identidade indígena nas cidades é um processo complexo e multifacetado, que demanda uma abordagem interdisciplinar e inclusiva. A partir desse entendimento espera-se favorecer um olhar mais ampliado para a questão indígena e possibilitar reflexões acerca de seus direitos e maneiras de fortalecê-los. Para além disso, é essencial que a sociedade como um todo se engaje na luta pela preservação dos direitos e da dignidade desses povos.

“Queremos que a floresta continue silenciosa e que o céu continue claro, para podermos avistar as estrelas quando a noite cai” (Kopenawa, 2015).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 6, n. 11, p.735-754, jul./dez. 2024 – ISSN 2674-9483

BRASIL. Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6001 de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm. Acesso em: 14 mar. 2024.

CABRAL, Umberlândia; GOMES, Irene. Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal. **Agência IBGE Notícias**. 7 de ago. de 2023. Disponível em: <[CALEGARE, Marcelo; FERNANDES, Felipe. Psicologia e Povos indígenas: Mapeamento de Trabalhos no Contexto Brasileiro e Internacional \(2010-2015\). In: CALEGARE, Marcelo; MEZZALIRA, Adinete. **Processos psicossociais vol.1: prática e reflexões sobre educação, saúde, ruralidades e política**. São Paulo: Alexa Cultural / Manaus: Edua, 2020.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20ind%C3%ADgena%20do%20pa%C3%ADs,contados%20896.917%20ind%C3%ADgenas%20no%20pa%C3%ADs.>>. Acesso em: 20 de nov. de 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

CIAMPA, A. C. **A Estória do Severino e a História da Severina**: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CIAMPA, A. C. Identidade. In: CODO, Wanderley; LANE, Sílvia (org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 58-75.

Comissão Pró-Índio de São Paulo; Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. **A cidade como local de afirmação dos direitos indígenas**. São Paulo, 2013.

Conselho Federal de Psicologia; Conselhos Regionais de Psicologia; Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) junto aos povos indígenas**. Brasília, 2022.

Conselho Federal de Psicologia; Conselhos Regionais de Psicologia; Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Nota às Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) junto aos povos indígenas**. Brasília, 2024

Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/07/relatorioviolencia2022/>. Acesso em: 1 maio. 2024.

DOMINGUES, Eliane; FERRAZ, Isabella. A Psicologia Brasileira e os Povos Indígenas: Atualização do Estado da Arte. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Paraná, v. 36, n. 3, p. 682-695, jul/set, 2016.

Em seu primeiro ano de existência, o MPI colocou a população indígena na pauta nacional. **Gov.br**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2023/12/em-seu-primeiro-ano-de-existencia-o-mpi-colocou-a-populacao-indigena-na-pauta-nacional>. Acesso em: 1 maio. 2024.

FELDMANN, M. **Psicologia e indígenas em contexto urbano: memória histórica como resistência**. 2022. 216f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

GONÇALVES, B. Nem tupi nem tapuia. Livre determinação e políticas sociais na trajetória histórica dos indígenas brasileiros. *In*: MARTINS, Hildeberto; GARCIA, Marcos; TORRES, Marco; SANTOS, Daniel (org.). **Intersecções em Psicologia Social: raça/etnia, gêneros, sexualidades**. Florianópolis: Abrapso Editora, 2015. p. 32-54.

IBGE. **Panorama Censo 2022**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/> Acesso em: 1 maio. 2024.

JECUPÉ, K. **A terra dos mil povos**. São Paulo: Pierópolis, 2020.

JUNIOR, Nadir; LARA, Andrea. Identidade: colonização do mundo da vida e os desafios para a emancipação. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, 2017.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LONGHINI, G. **Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude**. Tese - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, p. 132. 2022.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2003. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoidentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 21 fev. 2024.

REINHOLZ, F. 'Somos a força do território e das lutas', afirma primeira indígena formada em Direito na Ufrgs. **Brasil de Fato**, 20 abr. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2024/04/20/somos-a-forca-do-territorio-e-das-lutas-afirma-primeira-indigena-formada-em-direito-na-ufrgs>. Acesso em: 1 maio. 2024.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 6, n. 11, p.735-754, jul./dez. 2024 – ISSN 2674-9483

'SEMPRE ESTIVEMOS AQUI!': povos indígenas divulgam declaração final do Acampamento Terra Livre 2024. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 26 abr. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/04/26/sempr-estivemos-aqui-povos-indigenas-divulgam-declaracao-final-do-acampamento-terra-livre-2024>. Acesso em: 1 maio. 2024.

SILVA, A. Pesquisa e atuação da psicologia na cidade e no campo: apontamentos e deslocamentos produzidos desde a categoria espaço. *In*: RASERA, E.; PEREIRA, M.; GALINDO, D. (org.). **Democracia participativa, Estado e Laicidade: Psicologia Social e enfrentamentos em tempos de exceção**. Porto Alegre: Abrapso Editora, 2017. p. 301-314.